



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0344/14	DATA: 09/04/2014	
LOCAL: Plenário 1 das Comissões	INÍCIO: 14h48min	TÉRMINO: 16h23min	PÁGINAS: 42

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

Votação do Parecer do Relator sobre o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 8.035-B/10 - do Poder Executivo - que "aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências".

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados em breves intervenções.
Há intervenções simultâneas ininteligíveis.
Houve manifestações na plateia.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Boa tarde a todos e a todas!
Vamos nos acomodar.

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da 47ª reunião da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que "aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências".

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 46ª reunião, realizada em 8 de abril de 2014.

Eu pergunto aos Srs. Parlamentares se há a necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu peço a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O Deputado Jean Wyllys pede dispensa.

Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Srs. Parlamentares, informo que não há expedientes do dia.

Passaremos à Ordem do Dia.

Na reunião anterior, declarei encerrada a discussão. Portanto, a discussão agora é apenas a regimental, de acordo com o encaminhamento, debate em contraditório e manifestação do Relator. Se for destaque simples, segue essa sequência; se for destaque, DVS, seria a palavra dada a quem fez o destaque, ao Relator, um a favor e um contra. Então, seriam quatro manifestações por destaque.

Nós ficamos neste momento na expectativa de que o Relator pudesse apresentar o seu voto complementar ou a sua complementação de opinião acerca do relatório a ser votado.

Portanto, o que está previsto agora é a votação do parecer do Relator à proposição sujeita à apreciação em plenário.



Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 8.035-B, de 2010, do Poder Executivo, que *"aprova o Plano Nacional de Educação — PNE e dá outras providências"*.

Para tanto, concedo a palavra ao Relator, Deputado Angelo Vanhoni, para a apresentação da complementação do seu voto.

Com a palavra, o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Boa tarde, Sr. Presidente; boa tarde, Srs. e Sras. Deputados.

Eu vou providenciar que seja encaminhada por escrito uma cópia do meu voto complementar às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados.

Complementação de voto.

"Substitutivo do Senado Federal ao PL nº 8.035, de 2010, que "aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências".

Após retornar à Câmara dos Deputados, o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, foi objeto de detida análise e intensos debates nesta Comissão Especial.

Quero registrar o meu agradecimento à construção, ao empenho, à colaboração e à participação dos movimentos sociais, entidades, instituições, Ministérios e Secretarias, Deputados e Senadores envolvidos e, em especial, ao Ministro da Educação, aos Assessores do Ministério da Educação, aos servidores da Comissão Especial (...) aos Consultores Legislativos de Educação, Cultura e Orçamento da Câmara dos Deputados (...)” bem como aos consultores e assessores do Partido dos Trabalhadores que me ajudaram a consolidar este relatório:

Do Ministério da Educação, um agradecimento especial ao Ministro José Henrique Paim e à sua assessoria: ao Francisco das Chagas Fernandes, ao Arlindo Queiroz, ao João Paulo Bachur, ao Leandro Cerqueira, à Regimar Marques, ao Gutemberg Silva e ao José Ivan Mayer.

Da Comissão Especial, ao Sílvio Avelino da Silva, à Maria Terezinha Donati, que está aqui ao lado do Presidente da Comissão, Deputado Lelo Coimbra; aos Secretários das Comissões Temporárias Vinícius Vieira Vasconcelos e à Letícia



Nicolau Brandão Caldas, representando a equipe de apoio do Serviço de Comissões Especiais.

Eu quero fazer um agradecimento também à Queila Barreto de Souza, aqui representando o Pró-Adolescente.

Da Consultoria Legislativa Câmara dos Deputados, está aqui presente a Ana Valeska, o Paulo de Sena Martins, o Ricardo Chaves de Rezende Martins, a Kátia dos Santos Pereira, a Maria Aparecida Andrés Ribeiro, a Cláudia Neves, o Marcos Tadeu de Souza e a Carolina César Ribeiro.

Nossos agradecimentos, também, aos funcionários da Câmara dos Deputados, à assessoria da nossa área da Educação, que trabalhou desde o primeiro momento e ao longo destes últimos 2 anos e 8 meses na construção desse plano e agora na consolidação deste voto complementar que finda o processo da relatoria.

Um agradecimento também à Consultoria de Orçamento da nossa Câmara, nas pessoas do Eber Santa Helena e do Marcos Rogério Rocha

Por fim, quero fazer um agradecimento à consultoria e à assessoria do Partido dos Trabalhadores aqui na Câmara e no Senado Federal: Carlos Abicalil, Carlos Baldijão, Márcia Abreu, João Monlevade, ao Ronald Pinto, Zuleide Teixeira, Pedro Augusto Moura, Ricardo Ximenes, Wendry Dantas, Zeze Rocha Lima, Rafele Stacheira, Renato Elman e Jonathas Morethi.

Além disso, quero fazer um agradecimento aos assessores, aos técnicos e aos consultores que trabalharam junto ao meu mandato: Prof. Angelo Souza, da Universidade Federal do Estado do Paraná; Andrea Caldas, da Universidade Federal do Estado do Paraná; Marley Fernandes, Presidente da Associação dos Professores do Estado do Paraná; Marcos Cordioli, também professor do Estado do Paraná; Reitor Zack Akel Sobrinho, da Universidade Federal, um agradecimento especial; Irmão Frederico, que é ligado à Pontifícia Universidade Católica do Estado do Paraná; e Prof. Cássio Molleta.

Da assessoria específica do meu mandato, nossos agradecimentos à Karla Santos Mazia; ao Ronaldo Pinto Junior, à Natália dos Santos da Silva, ao Benjamin Maia, também professor; ao Sandro Machado e à Caline Oliveira



Por fim, agradeço aos responsáveis pela assessoria imprensa: Camilo Toscano, Ricardo Correa, Gilson Camargo e Octavio Camargo.

Encerrada a fase de discussão, que foi muito importante para todos nós, eu ponderei todos os argumentos levantados aqui pelos Srs. Deputados nestes últimos dias de intenso debate a respeito das mudanças que o Senado procedeu no texto da Câmara.

Quero, então, anunciar as modificações como um voto complementar, para ajudar na orientação do debate dos destaques apensados ao texto.

“A) No projeto de lei:

1) rejeitar o inciso III do art. 2º do Substitutivo do Senado Federal e retornar em seu lugar o inciso III do art. 2º do texto da Câmara dos Deputados;

2) aprovar o *caput* do art. 4º do Substitutivo do Senado Federal e restabelecer o parágrafo único do art. 4º do texto da Câmara dos Deputados, que foi suprimido pelo substitutivo do SF;

3) aprovar o inciso IV do art. 5º do Substitutivo do Senado Federal.

B) No Anexo:

Meta 7:

4) suprimir a estratégia 7.36 do Substitutivo do Senado Federal;

Meta 20:

5) rejeitar as estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 do Substitutivo do Senado Federal, restabelecendo em seu lugar as estratégias 20.6, 20.7 e 20.8 da Câmara dos Deputados.”

Eram essas as mudanças que acabamos de realizar no texto. Eu estou distribuindo para os Srs. Deputados este voto complementar. *(Pausa.)*

Algum esclarecimento sobre alguma das mudanças? Algum Deputado precisa? Se não, vamos proceder à discussão e à votação.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Relator, eu queria ter o texto em mãos aqui.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Estou mandando. *(Pausa.)*

(Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu pergunto aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas, enquanto está sendo distribuída a manifestação



final do Deputado Angelo Vanhoni, se todos receberam ontem essa planilha de destaques.

O Deputado Angelo Vanhoni havia retirado do texto, ou admitido o texto do Senado nos Pontos 20.6, 20.7 e 20.8. Isso motivou o Deputado Paulo Rubem Santiago e a Deputada Professora Dorinha — esta em três destaques, e o Deputado Rubens em um — a fazerem destaques para que fosse restaurado o texto da Câmara.

Na manifestação final...

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que registre a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Na manifestação que o Relator estabeleceu, ele restaura o texto da Câmara. Se o Deputado e a Deputada entenderem que estão satisfeitos, eu queria manifestação formal de S.Exas. sobre se mantêm o destaque ou não.

Como há três destaques da Deputada Professora Dorinha, eu queria pedir a V.Exa. que se manifestasse sobre se os retira ou se os mantêm, total ou parcialmente.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES – Sr. Presidente, peço a V.Exa. que me dê a presença, que não está dando certo eletronicamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A presença de V.Exa. já é tão exuberante que seu dedo é insuficiente para dar conta dela.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Professora Dorinha. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Questão de ordem, Sr. Presidente.
Artur Bruno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O texto vai chegar a você.
Artur Bruno, questão de ordem.

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Sr. Relator — e faço esse apelo em nome de vários Deputados de diversos partidos, não só da bancada do Partido dos Trabalhadores: que pudesse constar, Sr. Relator, no seu relatório, a sua posição apresentada no início dos trabalhos até a



votação na Comissão Especial da proposta, da Estratégia 20.10, que diz o seguinte: *“Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do GAQi e posteriormente do GAG”*.

Eu faço um apelo a V.Exa., já que postou no seu relatório — que, no primeiro momento, foi consensual — que se pudesse acatar essa posição pedida por vários Parlamentares de diversos partidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Deputado, V.Exa. pede a mim que interceda junto ao Relator para que ele restaure o texto da 20.10? É isso?

O SR. DEPUTADO ARTUR BRUNO - Por intermédio de V.Exa. o meu apelo cresce bastante! *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aí, o senhor teria que usar a palavra “intercessão”, para que isso ficasse bem sólido.

Eu transfiro ao Relator a questão de ordem colocada, para que ele possa assim proceder a sua resposta.

Com a palavra o Deputado Angelo Vanhoni.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Esse é um ponto polêmico que perpassou aos debates aí no conjunto da Comissão Especial nestes últimos dias. Há uma linha de argumentação para as duas leis que nós temos: uma que ampara e define o piso salarial dos professores no Brasil inteiro, e a outra, que institui o Fundo de Desenvolvimento para a Educação — FUNDEB. Ou seja, que esses dois institutos jurídicos seriam capazes de proceder tanto à complementação, no que diz respeito a salário de professores, no piso, quanto ao desenvolvimento da educação em todo o território nacional.

Nós temos assistido que nenhuma das duas, ou que nenhum desses dois institutos, tem cumprido com essa possibilidade. Professores em determinadas cidades e alguns Estados não recebem o piso salarial. Por diversas razões, a lei não é cumprida em muitos lugares do nosso País, seja no FUNDEB, seja na complementação do piso.

O artigo que nós incluímos, ou que nós não incluímos, porque o Senado retirou, aponta que o Governo deve enviar um projeto de lei à Câmara, para que o



instrumento de financiamento de parâmetros, para o financiamento da educação tenha um prazo de 1 ano para que seja consolidado de forma legislativa, no Congresso Nacional, para corresponder, para incidir sobre o custo aluno/qualidade em todo o território nacional.

O nosso objetivo, ao não trazer esse tema no relatório principal, é para que o debate acontecesse no interior da Comissão na Câmara dos Deputados.

A 20.6, a 20,7 e a 20.8 são estratégias que complementam a 20.10. Isto é, a 20.10 é decorrência dessas outras estratégias. Como nós não tínhamos chegado a um consenso em consigná-la no texto, por isto eu não trouxe de primeira mão a 20.10

Eu quero dizer que tenho convencimento sobre as duas. Eu acho que o FUNDEB, assim como a lei do piso, poderia corresponder à finalidade e ao espírito que está escrito na Estratégia 20.10. Mas, também, com a realidade de que a legislação não é cumprida pelos entes da Federação em relação à complementação de recursos para a educação.

Então, nesse sentido, Srs. Deputados, eu vou atender à manifestação e à questão de ordem do Sr. Deputado Artur Bruno.

Peço à Assessoria que faça uma pequena modificação e inclua a modificação da Estratégia nº 20.10. Isto é, estamos modificando o Relatório do Senado e garantindo a formulação do texto anterior, aprovado na Câmara dos Deputados, por unanimidade dos Srs. Deputados. (*Palmas.*)

As estratégias passam a ser as seguintes:

“Restabelecer a estratégia.

Rejeitar as Estratégias nºs 20.6, 20.7, 20.8, do Senado Federal, restabelecendo em seu lugar as Estratégias nºs 20.6, 20.7, 20.8 do texto da Câmara dos Deputados (...).”

Por último, o seguinte:

“Restabelecer a Estratégia nº 20.10 do texto aprovado pela Câmara dos Deputados, renumerando-se as demais para que a ordem seja restabelecida.”

Este o nosso comunicado à Comissão Especial.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Relator, V.Exa. mantém o texto da Câmara no art. 2º?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Quanto ao art. 2º, mantenho o texto da Câmara.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Está certo.

Sr. Presidente, os destaques serão votados à parte?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por enquanto, não.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Deixem-me restabelecer o nº 1.

“Rejeitar o inciso III, do art. 2º, do Substitutivo do Senado Federal, porque o Senado Federal apenas levou o texto até a palavra ‘discriminação’.

Estou retornando à formulação aprovada na Câmara anteriormente, que fala da promoção da igualdade da educação, no que diz respeito às questões regionais, de gênero, de raça e de orientação sexual. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Mantendo o texto original?

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Mantendo o texto original. Este será um ponto de debate:

“Aprovar o caput do art. 4º do Substitutivo do Senado Federal e restabelecer o parágrafo único do art. 4º do texto da Câmara dos Deputados, que foi suprimido pelo Senado Federal.”

Isto diz respeito à Meta IV, que trata da educação especial.

Terceiro:

“Aprovar o inciso IV, do art. 5º, do Substitutivo do Senado Federal.”

Continuo entendendo e estou convencido de que os programas do FIES, do PROUNI, do PRONATEC, do Programa Ciências sem Fronteiras, da transferência de verbas pelo FUNDEB para as APAEs, para os institutos de cegos, para os institutos de surdos, isto é, para as entidades sem fins lucrativos que tratam da educação especial no Brasil inteiro devem continuar recebendo dinheiro do Governo Federal. Por isso mantenho o § 4º do art. 5º.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Deputado Lelo, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Um minuto, Sr. Deputado. Deixe-me ordenar a Casa. Depois concedo a V.Exa. a palavra pela ordem. Por favor.

O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - A outra é a substituição, aliás, a reincorporação do fórum nacional, no que diz respeito ao acompanhamento e ao monitoramento da execução do Plano Nacional de Educação.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, atenção! Vamos saber sobre o que estamos tratando.

Saímos da sessão anterior com 26 destaques: 18 simples e 8 DVs. E o Relator, aqui, hoje, fez o seu voto complementar. E, dos 26 destaques, ele intercede em 9 deles. Dos 9, 1, 2, 3, 4 e 5 são da Professora Dorinha; 1 é de do Deputado Paulo Rubem Santiago; 1 é da bancada do Democratas — mas ele é da Dorinha, está assinado pela Dorinha; 1 é da bancada do PSB, assinado pelo Deputado Beto Albuquerque; 1 é da bancada do PDT, assinado pelo Deputado Marcos Rogério; e 1 é do Deputado Ivan Valente, em nome do PSOL. Portanto, vou citá-las. Deputado Ivan Valente... *(Tumulto em plenário.)*

Por favor, peço a atenção a todos. Vocês estão com este papel na mão, não estão? Esta planilha?

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pergunto se todos estão com esta planilha em mão, que foi distribuída ao final da última reunião.

(Não identificado) - Aqui não tem, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - É a última.

(Não identificado) - Aqui não tem, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Quem não tem essa planilha?

(Não identificado) - Ela tem 18 itens.

(Não identificado) - É esta aqui, mas está...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - São essas, com 26 destaques.

(Não identificado) - Mas só tem 18 aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Quem não a tiver, por favor, é só informar, que a terá.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Levante o braço, por favor, quem está pedindo pela ordem. *(Pausa.)*

Deputado Alex Canziani.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Só para entender, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Não, está correto, Sr. Presidente! Aqui tem 26, mas tudo aqui está fora de ordem.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - A informação que nós tivemos é de que nós votaríamos o texto base do Relator e, depois, votaríamos o destaque. E nós estamos preocupados... Não seria isso? Porque nós estamos preocupados com o horário, inclusive, Sr. Presidente. Daqui a pouco vai começar a Ordem do Dia no plenário. Então, se é esse o entendimento, por que não votamos, então, o texto, o relatório do Deputado Vanhoni, e depois vamos avaliar cada um dos destaques, discutindo quando é que podemos votá-los? Porque eu tenho uma preocupação: se nós começarmos a falar em destaques, vai começar a Ordem do Dia e nós não vamos acabar votando aqui nem, pelo menos, o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, Deputado Paulo Rubem Santiago e professor...

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

(Não identificado) - Peço a V.Exa. que solicite à Secretaria da Mesa que faça chegar o material à mesa dos Deputados...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Estou fazendo isso, Deputado.

(Não identificado) - E o voto em separado que foi apresentado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k.



Eu peço à Secretaria da Mesa que faça chegar a planilha das 3 páginas com os 26 destaques a cada mesa. E o meu é de 3. Se não for de 3, então também me deem 1, que eu também não tenho. É uma página só.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - São 18 destaques...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - São 26 destaques que estão aqui. E substitui o de 3.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Presidente, são 18 que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Além disso, façam o favor de fazer chegar aos Deputados e Deputadas o voto formal.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, gente! Mandem o voto formal proferido pelo Relator a cada bancada de Deputados e Deputadas.

Enquanto isso, há uma questão de ordem levantada pelo Deputado Alex Canziani, que, pessoalmente, considero relevante. E eu queria submetê-la a todos. É para que nós, em primeiro tempo, votemos o corpo total do relatório do Relator, ressaltando-se os destaques, que é essa etapa que eu estava tentando organizar agora. Se todos concordarem, eu passaria a organizá-la após a votação do corpo do texto.

Essa a manifestação feita pelo Deputado Alex Canziani. A minha verbalização corresponde à sua proposta?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Se corresponde à proposta, então eu a submeto a todos. E peço a compreensão e a celeridade, para que a gente dê cabo disso.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Marcos Rogério, pela ordem.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas concorda.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minutinho. V. Exa., a Professora Dorinha, a Fátima, e o Nilson...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Indago a V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - ... e Setimo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Como foi apresentado o voto em separado, esse procedimento anunciado por V.Exa., de repente, pode acarretar prejuízo ao voto em separado que foi apresentado, caso o autor o queira defender. Então, questiono a V.Exa. como se dará o procedimento, em razão do voto em separado. Que V. Exa. oriente o Plenário em relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, em primeiro lugar, em queria pedir que os microfones dos Deputados tivessem a mesma altura de som que tem o meu.

Em segundo lugar, eu queria consultar ao nosso representante das Comissões, por favor.

O Deputado Marcos Rogério levanta a seguinte questão: que a questão de ordem do Deputado Alex está prejudicada, ou estaria prejudicada, pois ela pode comprometer, na votação do Relatório Geral, elementos que são trazidos pelo texto do Relator. E, aí, leva prejuízo aos destaques. Qual a sua manifestação?

(Não identificado) - É voto em separado; não é destaque.

(Não identificado) - Tem que apresentar o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Marcos Rogério, a orientação que nós temos aqui é a seguinte: onde o destaque for mantido, que vai ser uma segunda etapa que nós vamos começar, não há prejuízo, em votarmos agora o corpo do texto.

(Não identificado) - Sr. Presidente, perdoe-me a ousadia. É porque nós não estamos tratando de destaques. Há destaques também...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, repita.

(Não identificado) - Há destaques apresentados, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Os destaques já estão constantes aqui. Nós vamos tratar deles *a posteriori*, depois *da* votação do corpo do texto.



(Não identificado) - Há também um voto em separado. Como há um voto em separado sobre a totalidade do projeto, a indagação é: como se dará o procedimento em face disso? Porque há o voto do Relator e há o voto do Deputado Paulo Freire.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vou informar conforme eu havia falado antes. Nós temos 26 destaques. E, dos 26, nós temos 7 ou 8 que foram chamados ao texto final do Relator, total ou parcialmente. Aqueles que se manifestaram, Professora Dorinha, ou que se manifestarão pela manutenção do destaque, tendo em vista que o Relator, no que fez, não atendeu às suas expectativas, ou aqueles que fizerem a retirada dos destaques, tendo em vista que no voto do Relator estão atendidas as suas expectativas, então esse é um tema que nós vamos tratar sem prejuízo do corpo do texto.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, para ajudar. Na verdade, ele não está dizendo destaque; ele está dizendo voto em separado. Então, me parece o seguinte: vamos colocar em votação o relatório do Deputado Vanhoni. Quem quiser votar com o voto em separado, rejeita o relatório do Vanhoni; e, depois, aprova o voto em separado.

Parece-me que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só que nós não temos em mesa um voto em separado.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Claro que tem! Eu apresentei, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. apresentou, Deputado?...

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Tem, sim. Porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Desculpe-me, então.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - ...apresentei voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minuto.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Acho que isso foi há duas semanas.

(Não identificado) - Mas esse não chegou à mesa dos Deputados.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que esse voto em separado fosse distribuído para nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Um minuto.



(Não identificado) - Sr. Presidente, eu queria pedir um esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minuto, deixe-me ver. Vamos por partes, senão eu acabo me comprometendo no trabalho.

(Não identificado) - Tudo bem.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Então, me coloque aí no ponto, porque preciso de um esclarecimento do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Um minuto. Nós temos uma questão de ordem feita pelo Deputado Alex.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, por favor! Aqueles que quiserem resposta a essas perguntas, por favor, prestem atenção. O Deputado Alex propõe que nós votemos o corpo do texto, sem prejuízo aos destaques. O Deputado Marcos Rogério interpõe, perguntando se essa conduta não trará prejuízo a um voto em separado apresentado pelo Deputado Paulo Freire.

A nossa orientação é de que não há prejuízo. Mesmo no caso de haver rejeição ao relatório, não há prejuízo. Em caso de haver uma rejeição ao relatório, passar-se-ia a considerar o voto do Relator, do substitutivo, designando-se um relator, que pode ser o próprio autor, ou um outro entre nós.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, por favor! Vamos esgotar primeiro essas questões. Há 3 questões de ordem aqui.

(Não identificado) - É sobre esse caso mesmo, Presidente. Eu queria comentar dentro desse assunto mesmo. Veja bem. Eu entendo como V.Exa. Mas, como nós vamos aprovar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, eu não estou fazendo juízo de valor. Eu estou informando uma condição regimental. Se alguém tem uma condição regimental diferente para informar, que coloque para a Mesa.

(Não identificado) - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não é juízo de valor a minha manifestação.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Quero fazer uma consulta, Sr. Presidente.

(Não identificado) - Sim, Presidente. Mas veja bem. Isso prejudica tanto o relatório principal quanto o relatório em separado. E por quê? Como é que nós vamos votar o relatório do Relator principal, se nós não conhecemos ainda o voto em separado? Por exemplo, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, lê-se o voto em separado. Quando apresentam voto em separado, vota-se primeiro o voto do Relator — o voto principal, o voto do Relator. Muito bem. Mas, aí, nós já conhecemos o voto em separado. Então, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, nós fazemos assim.

V.Exa. tem que dar conhecimento ao Plenário sobre o voto em separado que nós temos aí. Bom, mas quanto à votação, vota-se primeiro o relatório principal. Só que a Comissão não tomou conhecimento desse voto em separado. Assim, nós não temos como fazer essa avaliação.

Essa é a forma como penso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Olha, vou orientar regimentalmente. *(Pausa.)*

Todos vão falar. Só peço calma.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Eu quero uma consulta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu falei, da outra vez, que nós tínhamos 90% de transpiração e 10% de...

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Regimentalmente, eu quero fazer uma consulta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - ...e 10% de inspiração. Essa questão vai ser semelhante. Então, vamos à transpiração.

Nós vamos, primeiro, resolver essa questão aí.

Deputado, regimentalmente, nas discussões, o Deputado Paulo Freire poderia usar o seu momento para apresentar o texto. Não há previsão, segundo a Secretaria me informa, de um momento para a leitura do voto em separado. Essa é a informação regimental.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - V.Exa. poderia me apresentar o número do artigo do Regimento? Para mim, por favor. Só para facilitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor, espere 1 minuto.

O SR. DEPUTADO MARCOS ROGÉRIO - Sr. Presidente, só uma consulta. O voto está sobre a mesa? Até agora ninguém disse...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Regimentalmente, o voto em separado é uma manifestação do seu autor, ou seus autores; e que, ao ser apresentado, é solicitada a sua leitura no prazo devido, prazo que já foi ultrapassado, que é o prazo da inscrição para manifestação. Então, nós estamos num pós-prazo em relação à leitura desse texto, do ponto de vista regimental.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Distribui, Sr. Presidente!

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Eu entendo V.Exa., mas eu queria saber o artigo do Regimento, se é possível à Mesa me fornecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nós estamos aqui buscando.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Outra coisa, Sr. Presidente. Nós não temos sobre a mesa o voto em separado; o avulso, nós não o temos aqui. Como é que nós vamos votar o voto em separado?

(Não identificado) - Sr. Presidente, V.Exa. mesmo demonstrou desconhecer esse voto.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Não é possível que nós não possamos ter conhecimento do voto em separado, em avulso!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O voto em separado, a Secretaria nos informa, foi recebido eletronicamente por todos os gabinetes. Foi recebido eletronicamente, e consta da tramitação da Comissão junto aos gabinetes, na folha da Comissão. Inclusive, na pauta.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Mas todos os projetos aqui são assim. Todos obedecem a essa ordem, e nós recebemos os avulsos. Mas por que não podemos receber o avulso do voto em separado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Estou informando o Regimento. Ou nós lidamos com ele, ou criamos uma excepcionalidade, fruto da decisão da maioria aqui nesta sala.

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - Questão de ordem, Presidente.



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente,...

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - Uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O que nós queremos é o não prejuízo do debate, o não prejuízo das manifestações do conjunto das Sras. e dos Srs. Deputados. Então, nós vamos buscar a melhor forma para que essa manifestação se processe. Vamos esclarecer o fato. Enquanto outros falam, nós vamos esclarecer o fato. E voltaremos à conversa.

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputada Fátima Bezerra...

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - Deputado Gabriel Chalita!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - ...Deputado Newton Lima, Deputado Professor Setimo, Deputado Gabriel Chalita...

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - Sobre essa questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sobre essa questão? Quem vai falar sobre essa questão?

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - É só para ajudar a Mesa sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Alguns dos que se inscreveram?!

Deputado Pastor Eurico, é sobre essa questão? (*Pausa.*)

Não é sobre essa questão? Então, tem precedência o Deputado Gabriel Chalita.

O SR. DEPUTADO GABRIEL CHALITA - A minha sugestão — para não prejudicar o voto em separado e a tentativa da discussão, para que os Deputados tenham consciência daquilo que vão votar — é de que isso seja entregue agora aos Deputados. Nós leríamos isso, enquanto outras discussões fossem acontecendo. Então, V.Exa. entrega o voto, mantendo as inscrições; as inscrições continuam, mas os Deputados recebem o voto em separado do Deputado Paulo Freire.

Aí contempla — não é, Deputado?



Todos de posse do voto em separado, aí a gente tem noção do que trata o voto em separado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como é que ele tramita?

Eu vou informar aqui uma... Por favor, Deputado Paulo Freire... Eu peço silêncio, por favor, Deputado Ronaldo Fonseca, Deputado Paulo Freire!

Numa consulta ao texto, ao art. 57 do Regimento, vemos que há uma decisão por questão de ordem, que é o seguinte: *"Os votos em separado que incluem o do Relator, quando vencido este, devem ser recebidos durante a votação e serão publicados junto com o parecer da Comissão. Embora possa ser autorizado pelo Presidente, não é prerrogativa do autor do voto em separado a sua leitura integral. Se rejeitado o parecer do Relator, é indicado outro membro da Comissão para redigir o parecer vencedor, que pode ser o autor do voto em separado, ou ainda pode ser adotado o texto de voto em separado, caso este reflita fielmente a decisão do colegiado."*

Então, qual é o estado das coisas neste momento? Nós temos um voto em separado que foi apresentado. Não foi solicitada a sua leitura; e, se fosse lido, não poderia ser lido na sua integralidade, a não ser um sumário. Neste momento, ele não tem espaço previsto regimentalmente, não tem amparado um momento para sua leitura, embora possa ser autorizado pelo Presidente.

Eu posso fazê-lo, se a maioria, se o conjunto dos Deputados o aprovar. Aí eu vou fazer uma decisão colegiada.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Era sobre isso que eu queria argumentar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aí, eu preferiria assumir a decisão em conjunto com os Deputados.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Se V.Exa. quer submeter isso à Comissão, eu acho que isso é absolutamente democrático.

(Não identificado) - Uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Não pode. Ele está lendo uma questão de ordem. É a resposta a uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu ainda tenho ainda as manifestações da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, da Deputada



Fátima Bezerra, do Deputado Nilson — já está fora —, do Deputado Pastor Eurico e do Deputado Gustavo.

Eu queria saber se todos se manifestarão quanto a este tópico, porque a minha orientação, para que vocês o apreciem, seria a seguinte: eu daria um tempo, entre 5 e 10 minutos, para que um sumário desse voto em separado fosse apresentado.

(Manifestação da plateia: Vota! Vota!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Olhem, isso não adianta.

(Manifestação da plateia: Vota! Vota!)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aqui não será no grito! Aqui será no voto!

(Apupos na plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está certo?! Eu quero que isso fique bem claro!

Eu queria dizer a vocês o seguinte: a minha orientação, para que o conjunto dos senhores e senhoras se manifeste, é de que, se aceitam, se concordam em que eu ofereça de 5 minutos a 10 minutos de tempo como uma excepcionalidade, que é o que o Presidente pode fazê-lo, e eu posso fazê-lo... Mas eu prefiro fazê-lo desde que compartilhado com vocês. Então, que em 10 minutos seja feita a síntese desse relatório, desse voto substitutivo. Se todos concordarem, eu pediria que as questões de ordem e as falas, inclusive, se transferissem à posteriori, para se dar lugar a essa manifestação.

Todos de acordo?

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputada Fátima Bezerra.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Eu acho que, enfim, concordamos com esse encaminhamento, desde que seja realmente restabelecido o entendimento de ontem — e foi ontem —, feito aqui por esta Comissão, com unanimidade, de que hoje nós começaríamos os trabalhos, votando o texto geral, sem prejuízo dos destaques.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sem dúvida!



A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Digo isso porque havia uma disposição de termos iniciado esse processo de votação ontem. Entretanto, parte dos Parlamentares, dos que inclusive haviam apresentado requerimento, fez um apelo para que nós não iniciássemos a votação ontem, mas que a deixássemos para hoje, sem prejuízo dos destaques.

Então, eu quero só restabelecer, retomar, enfim, lembrar o que foi exatamente acordado ontem, e que, enfim, possamos proceder agora — e é uma prerrogativa que V.Exa. tem —, dentro de 5 a 10 minutos, para irmos a voto, porque nós estamos inclusive preocupados com a Ordem do Dia. Temos Ordem do Dia hoje; portanto, precisamos ficar atentos ao tempo aqui para a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sem dúvida! A manifestação de V.Exa. é pertinente, e eu a acolho. Eu queria dizer que...

(Manifestação da plateia: Vota! Vota!)

Eu queria fazer esse encaminhamento. Vamos dar quórum, para a gente não perder a forma.

Deputado Freire, além da sua leitura, eu vou abrir 10 minutos. Eu queria que, no seu espaço de tempo... Gostaria que não fosse feita na parte que lhe fosse designada exclusivamente ao seu tempo... Que V.Exa. também pudesse colocar dentro desse tempo em que essa manifestação em separado colide ou possa colidir com a estratégia que nós adotamos, para ser iniciada a votação do voto do Relator, sem prejuízo dos destaques. Por favor, posso começar a contar?

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Sr. Presidente, só um minutinho! Eu quero só dizer à Deputada Fátima que eu não estava aqui ontem; estava acamado. Vim para cá hoje, mesmo acamado. Estou enfermo. E estou pedindo aqui que V.Exa. permita que o Deputado Ronaldo Fonseca faça a leitura. Por gentileza, Sr. Presidente!?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Nenhum problema. Eu só solicitaria que a leitura fosse feita única em até 10 minutos, e por um único relator.

O Deputado Ronaldo é o único. Então, 10 minutos ao Deputado Ronaldo, em nome do Deputado Paulo Freire, para que faça a leitura do voto em separado.

Com a palavra S.Exa., por 10 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO FREIRE - Muito obrigado.



O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Obrigado, Presidente.

Vamos ao voto em separado do Deputado Paulo Freire.

“Está em análise na Comissão Especial do PL 8.035, de 2010, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 8.035, de 2010, de iniciativa do Poder Executivo, aprovado preliminarmente pela Câmara dos Deputados e remetido ao Senado Federal em 25/10/2012, para que aquela Casa exerça o papel de revisora do texto, o qual foi devolvido em 31/12/2013 para análise das emendas ao texto então propostas (...)

O projeto que tramita em Comissão Especial foi submetido ao crivo de outras Comissões na Câmara (...)

Das diversas análises realizadas sobre o texto, o Sr. Relator apresentou proposta de substitutivo ao projeto de lei, que, por sua vez, recebeu outras tantas centenas de emendas, sendo ao final aprovado e remetido à Casa Revisora, a qual após profunda dilação meritória com ampla participação dos legisladores do Senado, apresentou emenda substitutiva ao texto recebido da Câmara (...)

DA ANÁLISE

Muitos esforços foram empreendidos por diversos setores para que se fizesse um maior avanço no Plano, especialmente quanto aos investimentos necessários à consecução de tamanho desafio imposto ao futuro das gerações vindouras.

Ao nosso sentir, o texto originário da Câmara bem como parte das emendas apresentadas pelo Senado guardam aspectos relevantes que devem ser somados para que seja alcançado o melhor projeto com as mais dignas e efetivas finalidades. Desse modo, parte de ambas as proposições deve ser cancelada pelo



Parlamento, resguardando-se interesses dignos de tutela e persecução estatal.

Quanto ao mérito um aspecto especial nos chama a atenção e causa profundo acautelamento, qual seja, a agenda de gênero e a deliberada promoção de aspectos ideológicos por meio dos preceitos estatais.

O País tem vivido um constante ataque aos princípios norteadores da família, da liberdade de convicção e exercício de liberdades públicas, pois sob o pretexto de valorizar minorias sistemicamente marginalizadas, grupos articulados criam um verdadeiro açodamento na consciência civil, com discurso intransigente, linguagem chula e debates violentamente promovidos com vistas a suplantar quaisquer posições divergentes. A política de gênero sob o manto da diversidade e realização dos interesses da minoria propõe insistentemente uma verdadeira ditadura influenciativa, que quer impor seus valores a todo custo, em todos os extratos sociais, com especial modo de agir sobre a infância.

O Estado laicista passa pela ideia de um Estado tolerante e protetor das mais diversas formas de expressão do pensamento e objeção de consciência, e este não pode coadunar com uma política ideologicamente vocacionada à desconstrução de valores consagrados no âmbito da privacidade familiar, impondo a todo o custo valores de um grupo que rechaça a autonomia pessoal de escolher quais convicções adotar.

Querem fazer do Estado uma máquina de promoção de valores minoritários, levantando a bandeira da opção sexual, identidade de gênero, entre outros conceitos nem um pouco inofensivos, os quais carregam



uma alta carga ideológica de desconstrução da heteronormatividade.

Falam em liberdade, mas a conceituam como uma obrigatoriedade de se alinhar exclusivamente aos interesses e vocações pessoais daquelas categorias, à revelia de qualquer debate ou posição pessoal. Não abrem a possibilidade de contraditório. Querem elevar a questão de gênero a um patamar de indiscutibilidade, por meio de iniciativas tênues de articulação que fazem vergar todas as opiniões ou oposições, usando o Estado como ferramenta pessoal, calando qualquer voz que lhes ousa dissentir.

Agendas como essas fragilizam a laicidade estatal, pois negam a proteção à opinião e impõem uma regra de consciência a ser seguida em nome da lei, obstando qualquer objeção, trazendo para as escolas o culto de uma ideologia que nega a possibilidade de a família pautar os valores éticos-morais aos seus tutelados. Um Estado como entidade maior de salvaguarda dos interesses civis não pode adotar medidas interventivas que desestabilizem a entidade familiar (...).

O Estado não pode adotar uma ou outra ideologia, a ele requer-se uma postura equidistante de altivez, que não violente a consciência das pessoas, ditando normas de caráter, em especial às crianças e adolescentes que guardam uma peculiar condição de pessoas em desenvolvimento. Vale citar trecho de valioso texto da lavra do Procurador Regional da República (...).”

Aqui ele descreve. Eu vou pular.

“O que se deseja do Estado é o respeito à diversidade, e não a imposição do padrão comportamental que deverá ser seguido, violando a



intimidade das pessoas, suprimindo a multiplicidade de pensamento, de consciência e credo. (...)

Nesse ponto cabe esclarecer que as citadas expressões de 'gênero' ou 'orientação sexual' guardam uma ideologia que procura eliminar a ideia de que os seres humanos se dividem em dois sexos. Esta corrente ideológica busca afirmar que as diferenças entre homem e mulher, além das evidentes implicações anatômicas, não correspondem a uma natureza fixa, mas são produtos de uma cultura, de um país ou de uma época, assim, as 'feministas de gênero' insistem na necessidade de 'desconstruir' a família, o matrimônio e a maternidade como algo natural, deste modo, fomentam um 'estilo de vida' que incentiva a homossexualidade, o lesbianismo e todas as demais formas de sexualidade fora do matrimônio. (Manifestação na plateia.)

É patente que o propósito dos promotores da 'perspectiva de gênero'...

Presidente, vou ser prejudicado no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está garantida a palavra ao Deputado Ronaldo.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Vou ser prejudicado no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O tempo está estabelecido. Quanto mais houver manifestação, mais eu vou ter que acrescentar a diferença de tempo.

Com a palavra o Deputado Ronaldo.

O SR. DEPUTADO RONALDO FONSECA - Continuo:

"(...)

Ora, Senhores, como admitir que termos que, segundo seus próprios adeptos, estão em 'constante ressignificação', venham compor o ordenamento jurídico



pátrio como meio de implementar políticas públicas educacionais. É sem dúvida uma frontal revogação da taxatividade e abstração legal que orienta a produção legislativa, o que permitirá múltiplas ampliações de sentido, estabelecendo uma completa insegurança jurídica, dando margem à doutrinação de crianças e adolescentes sem possibilidade de objeção da família, à qual de fato cumpre o papel de orientar e escolher os caminhos filosóficos e ideológicos de seus pupilos.

Nesse sentido à terminologia gênero e orientação sexual é preferível a redação do Senado, por ser mais abrangente quanto à conscientização de se evitar discriminação de qualquer tipo, sem cair nos particularismos que são mais de cunho ideológico do que propriamente de direito humano.

Portanto, os termos empregados para designar as categorias de pessoas submetidas aos avanços e diretrizes do PLC implicam terminologia imprecisa, ambígua, de forte conteúdo ideológico, passíveis de indesejados e ilegais alargamentos no âmbito de sua incidência e manipulação, reveladores de inconsistência e insegurança jurídica, fatos que são inadmissíveis na definição de preceitos legais. Desse modo, cremos que o texto proposto ao art. 2º, inciso III, do projeto de lei, e a estratégia 3.13 do anexo, consignados na redação do substitutivo do Senado, devem prevalecer sobre a emenda do eminente relator, pois encampa genericamente todos os tipos de discriminações e preconceitos que podem vitimar as pessoas, sem adotar conteúdo ideológico ou filosófico que ensejaria odioso espaço normativo para ideologização que perturbe o desenvolvimento familiar de crianças e adolescentes.”



Portanto, concluo, Sr. Presidente:

III - Conclusão

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do parecer final do eminente relator do PLC, mas com o devido acatamento parcial da emenda proposta pelo Senado, na condição de casa revisora, especificamente na aprovação dos termos do Art. 2º, inciso III, do projeto de lei, e da redação prevista na estratégia 3.13 do anexo, esta em substituição da redação constantes da estratégia 3.12 do texto aprovado na Câmara.”

Este é o relatório, Sr. Presidente. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado, Deputado.

A minha avaliação... *(Manifestação na plateia. Pausa.)*

Peço silêncio, por favor. *(Manifestação na plateia. Pausa.)*

Eu queria, neste momento, manifestar a minha opinião, na prerrogativa de Presidente e de forma definitiva.

Esse voto em separado é uma manifestação formal de defesa da posição de modificação do art. 2º. Então, ele é específico. Ele vai estar à disposição de todos para ser apreciado no momento devido ou para ser até fruto de debate, no momento em que o destaque for apresentado. Nesse sentido, esse voto não traz prejuízo — e essa foi a consulta do Deputado Marcos Rogério — à votação do texto.

Deputado Marcos Rogério, respondo a V.Exa.

Feito esse arrazoado, o voto em separado assinado pelo Deputado Paulo Freire e lido pelo Deputado Ronaldo Fonseca não traz prejuízo — e essa é a sua consulta — à votação do corpo do texto, ressalvados os destaques.

Assim sendo, prossigo conforme regimentalmente previsto e acordado, no final dos trabalhos de ontem, como bem lembrado pela Deputada Fátima no início dos trabalhos de hoje.

Antes de submeter à votação o texto principal, sem prejuízo dos destaques, eu queria lembrar àqueles que fizeram destaques...



Peço a atenção de todos. Nós temos nove destaques, dos 26 que foram feitos, de autoria dos Deputados Professora Dorinha Seabra Rezende, Marcos Rogério, Beto Albuquerque, Ivan Valente e Rubens Santiago.

Enquanto nós procedermos à votação do corpo do texto, eu gostaria que V.Exas. apreciassem se o texto final complementar do Relator compromete ou não os destaques que V.Exas. apresentaram. Se não, no momento oportuno — após a votação do corpo do texto, não agora —, nós vamos fazer essa consulta novamente, para fins de finalizar o texto.

Assim sendo, submeto o texto à votação. Essa votação poderá ser nominal, se alguém solicitar, mas ela é, inicialmente, por posição em Mesa.

Os Deputados e as Deputadas... Por favor! (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado Glauber.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Quero orientar a bancada na votação do texto principal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O.k. Bem lembrado.

Pois bem, nós vamos submeter à votação o texto principal do parecer do Deputado Angelo Vanhoni, sem prejuízo dos destaques, que serão debatidos e votados na sequência da nossa reunião.

Assim sendo, como procedimento nós vamos conceder a palavra a dois Deputados por 5 minutos. A primeira palavra será dada ao Relator, a segunda àquele que quiser manifestar-se contra. Posteriormente, concederei a palavra a mais dois oradores, sendo um contra e um a favor.

Então, pela sequência, vou começar concedendo a palavra do Relator, seguido de um orador para o contraditório. Na sequência, virá uma terceira manifestação, semelhante à do Relator, e uma quarta manifestação contraditória.

Quem se inscreve para fazer os dois contraditórios e o voto acoplado ao do Relator? (*Pausa.*)

Quem se inscreve para, a exemplo do Relator, fazer um voto em apoio ao parecer? (*Pausa.*) O Deputado Nilton se manifestou primeiro.

Quem se inscreve para fazer manifestação contrária ao corpo do texto do parecer? (*Pausa.*) O Deputado Pastor Eurico.



O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Sr. Presidente, pergunto a V.Exa. se os partidos que quiserem fazer a orientação das suas bancadas para esta votação, independentemente da discussão contra ou a favor da matéria, poderão fazê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Este momento é de encaminhamento. O momento a que V.Exa. se refere é o de orientação partidária. E o momento é previsto.

O SR. DEPUTADO GLAUBER BRAGA - Já peço a V.Exa. que me inscreva, pelo PSB, para orientação partidária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - V.Exa. já está inscrito.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Sr. Presidente, faltam 10 minutos para as 16 horas. Eu gostaria de sugerir que todos aqueles que pediram para se inscrever para falar contra ou a favor do relatório abram mão da palavra e se manifestem no momento da orientação das suas bancadas, para que nós não venhamos a ter novamente a interrupção dos trabalhos em função da Ordem do Dia. *(Palmas.)*

Cada bancada vai poder se manifestar. Todo o mundo conhece o relatório, todo o mundo conhece agora o próprio voto em separado. Em homenagem ao Brasil, que aguarda tanto tempo que nós aprovemos esse PNE, vamos aprovar o PNE, e, na orientação, cada bancada fala ou a favor do relatório do Deputado Angelo Vanhoni ou a favor do voto em separado do Deputado Paulo Freire.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Considerando que essa manifestação é individual por parte daqueles que se inscreveram, eu consulto ao Deputado Newton Lima e ao Deputado Pastor Eurico sobre se abrem mão das suas manifestações.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Se houver acordo de abrimos mão mutuamente, para seguir o processo, eu abro mão.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deixe-me concluir e, em seguida, darei a palavra a V.Exa. para a questão de ordem.

Com a palavra o Deputado Pastor Eurico.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, eu acho que é direito nosso nos pronunciarmos, então eu não abro mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano, para uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Há requerimento sobre a Mesa que não foi lido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Requerimento assinado pelo Deputado Pastor Marco Feliciano:

Nos termos do art. 186, inciso II, do Regimento Interno, requero a V.Exa. a realização de processo nominal para a votação do parecer do Relator ao PL nº 8.035/2010, item único da pauta.

Para encaminhar o requerimento, tem a palavra o Deputado Pastor Marco Feliciano.

Nós vamos submeter a manifestação do Deputado Pastor Marco Feliciano ao contraditório e procederemos à votação.

O SR. DEPUTADO PASTOR MARCO FELICIANO - Sr. Presidente, eu só quero que fique registrado nos Anais da Casa a votação de cada Parlamentar, aquilo que cada um pensa e representa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Alguém mais quer falar?
(Pausa.)

Em votação o requerimento do Deputado Pastor Marco Feliciano para que a votação do parecer do Relator seja feita nominalmente.

Todos estão de acordo? (Pausa.)

Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O voto será nominal. (Manifestação na plateia.)

Visto que o Deputado Pastor Eurico não abriu mão da sua manifestação, e o Deputado Newton Lima, em função disso, deixa de abrir a sua, tem a palavra o Relator, para sua manifestação. Em seguida falarão os outros Deputados.

Deputado Angelo Vanhoni, V.Exa. tem a palavra por 5 minutos, com certeza, com a atenção preciosa de todos.



O SR. DEPUTADO ANGELO VANHONI - Srs. Deputados, o Plano Nacional de Educação, que teve a sua discussão pelas diversas organizações da sociedade brasileira vinculadas ao processo educacional iniciada no ano de 2010, tendo sido o texto consolidado com os princípios, diretrizes, metas e diagnósticos enviado posteriormente pelo Governo brasileiro, através do Ministério da Educação, à Câmara dos Deputados — que, no mês de abril de 2011, começou a analisar a matéria na Comissão Especial —, está montado sobre dois eixos principais.

Eles não se distinguem pela temporalidade, mas, apenas para nós entendermos, o primeiro eixo visa incluir na escola as crianças e os jovens que estão fora do sistema educacional brasileiro; o segundo visa fazer com que o sistema nacional de educação tenha qualidade, isto é, atinja as suas metas, atinja a sua finalidade, que é fazer com que as crianças e os jovens de todo o Brasil possam ter a capacidade de aprender, de ler, de raciocinar, de pensar a respeito da vida e da sociedade.

O PNE tem 14 diretrizes, artigos que orientam, do ponto de vista geral, como a educação deve funcionar em nosso País. Essas diretrizes se desdobram em 20 metas muito claras, de fácil entendimento pela população do nosso País. E essas 20 metas estão distribuídas sobre esses dois princípios, o da inclusão, porque nós temos ainda milhares de crianças fora da escola — só na creche, na educação infantil de zero a 3 anos, são aproximadamente 11 milhões de crianças não atendidas do ponto de vista educacional —, e o da qualidade.

É sempre bom lembrarmos que até há pouco tempo — não faz muito tempo! — ainda se tinha a concepção de que cuidar das crianças de zero a 3 anos nas creches era uma atividade que deveria ser atendida pelo Ministério da Assistência Social. As crianças de zero a 3 anos não eram ainda reconhecidas como sujeitos que deveriam ser atendidos por um processo educativo aos cuidados do Ministério da Educação.

Na educação infantil, é bom lembrarmos que em 2009 houve uma mudança. Do ponto de vista da Constituição, a obrigatoriedade de início do processo educacional não é mais a partir dos 6 anos, com término aos 14 anos de idade, porque houve uma mudança constitucional que teve uma repercussão imensa no sistema educacional brasileiro.



A partir de 2016, as crianças a partir de 4 anos de idade deverão estar frequentando uma escola de educação infantil. Isso impõe um desafio para o Brasil. Nós sabemos que perto de 1 milhão e meio de crianças nessa idade estão fora da escola, em todo o território nacional.

Ainda sobre a inclusão, outro grande desafio do nosso Plano Nacional e do sistema educacional brasileiro diz respeito ao ensino médio. Aí talvez resida um dos grandes e graves problemas da educação no nosso País. São perto de 9 milhões de estudantes, jovens entre 14 e 17 anos de idade.

Até hoje, no Brasil, o sistema do ensino médio prepara o jovem para ter uma formação, do ponto de vista do ensino, com uma visão geral. O mundo mudou, as transformações acontecem de forma acelerada na vida, e hoje o jovem, quando completa o ensino médio, aos 17 anos de idade, não está preparado para enfrentar os desafios da vida. Isto é, se tiver que entrar no mercado de trabalho, se tiver que decidir algo para realizar os seus sonhos enquanto cidadão, ele não tem nenhuma profissão, não tem nenhum saber que o qualifique. Ele entra no mercado de trabalho disputando aquilo que nós sabemos que é o salário mínimo, que ainda não atende às necessidades de uma pessoa ou de uma família de quatro pessoas.

O Plano Nacional tenta enfrentar esse grande desafio do ensino médio, trazendo a possibilidade de que pelo menos 30% dos estudantes do ensino médio estejam em escola profissionalizante pública.

O ensino superior é outro grave problema no País. O Brasil forma hoje 12 mil doutores por ano. A China, os Estados Unidos e a Índia formam 180 mil doutores por ano. A base científica de uma nação está na sua formação de doutores, para desenvolver ciência, para desenvolver inovação, para desenvolver tecnologia, para gerar renda, para que o Brasil tenha uma economia sustentável e possa trazer felicidade a seu povo. Isso se dá com desenvolvimento técnico-científico.

Por isso, o Brasil tem uma meta para ampliar o ensino superior, ampliar a formação de mestres e doutores, para que o nosso País, no futuro, seja uma nação desenvolvida e realize a finalidade que a educação deve ter para todo cidadão, para todo ser humano.

Nesse sentido, eu acho que o Plano, com a aplicação dos 10% do PIB, que já foram aprovados na Câmara, em investimentos para a educação pública em nosso



País... Isso já foi aprovado na primeira tramitação da proposta na Câmara dos Deputados, em 2012, e volta agora para este plenário, para ser reafirmado.

Eu tenho certeza de que com esse meta que define os 10% do PIB em investimentos na educação e com essas estratégias e metas que nós temos no Plano Nacional o Brasil será um país diferente daqui a 10 anos. E, sobretudo, a escola será diferente, porque os professores serão bem remunerados, as crianças estarão dentro da escola, a aprendizagem será diferente.

Inúmeras metas falam na qualidade da educação, mas eu preciso destacar duas para concluir o meu pedido de aprovação deste relatório.

A primeira meta refere-se à educação integral. Nós estamos estabelecendo que, em 10 anos, em 2024, dos 30 mil jovens e crianças que estão no ensino fundamental brasileiro, pelo menos um terço esteja em educação integral, em todo o território nacional.

A segunda meta, do ponto de vista de trazer qualidade para a educação brasileira, nós vamos atingir em breve. Não há processo educacional em nenhuma cidade, em nenhum país do planeta que não tenha mudado a estrutura educacional, se não tiver mudado a condição do magistério. E, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos ultrapassar o que os países do Primeiro Mundo já fizeram em educação. E se nós queremos isso, nós temos que valorizar o magistério brasileiro. Não é possível mais que os professores continuem com o piso salarial na ordem de 1.600 reais para uma jornada de 40 horas, havendo ainda Estados e Municípios que não pagam esse piso salarial em nosso País.

Nós queremos terminar 2024 com a certeza de que, na educação brasileira, todas as crianças estarão estudando em uma escola com biblioteca, com professor, com merenda escolar, com acesso e com professores entusiasmados para dar uma boa aula e fazer com que as nossas crianças, a juventude brasileira, despertem de forma amorosa para a construção do conhecimento de si, da sociedade e do nosso País.

Assim, eu peço o voto para a aprovação deste relatório, que dialoga com o conjunto da sociedade e aponta para o Brasil se desenvolver, mas com o vértice na educação, com a educação e o conhecimento fazendo a sustentação do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento humano do nosso País.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra, para o primeiro contraditório, o Deputado Pastor Eurico, pelo prazo de 5 minutos.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. a deferência.

Eu gostaria de deixar algo bem claro, até porque parece que nós estamos aqui em oposição à educação no Brasil. Em nenhum momento somos opositores à evolução, ao crescimento. Em nenhum momento estaríamos aqui questionando na íntegra o parecer do nobre Relator, a forma como ele trabalhou. Ao contrário, tenho que parabenizá-lo pela competência, parabenizá-lo por estar trazendo para o Brasil esse grande presente. E nós nos somamos a isso. Quero parabenizá-lo também por ouvir ontem algumas colocações aqui e hoje já trazer alguns resultados diferentes do seu relatório anterior, acatando algumas sugestões.

Mas, nobre Relator, o que nos deixa preocupados — e por isso fiz questão de não abrir mão de minha fala — é que não podemos viver em meio a um jogo que está sendo feito aqui, onde picham os religiosos deste País de contrários à evolução do Brasil. Nós não aceitamos isso. Como cidadãos, respeitamos e exigimos respeito. V.Exa. foi testemunha ontem da forma baixa, arbitrária, como fui tachado aqui por alguém no plenário. Hoje já ouvimos insultos aqui de Deputados que ferem a ética e os princípios desta legislatura. Respeitamos seus posicionamentos.

Hoje nós temos em um encarte do *Jornal da Câmara* — e talvez V.Exa. não tenha tido acesso à matéria pela manhã — que parece estar na contramão do que defendemos aqui, porque o próprio encarte traz em seu bojo...

Está aqui no *Jornal da Câmara* a participação popular, a forma como o Brasil está acompanhando a Câmara dos Deputados. E, por incrível que pareça, o PNE está sendo acompanhado de uma forma muito especial pelos brasileiros.

O encarte mostra aqui um detalhe:

“O destaque para igualdade de gênero e de orientação sexual no PNE gerou um grande volume de ligações para o Disque-Câmara em março. Uma em cada cinco pessoas que ligaram para falar sobre as proposições em tramitação na Casa (21%) citaram o



projeto do PNE e 99% delas pediram a rejeição do polêmico artigo.” (Manifestação na plateia.)

Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Um minuto e meio.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Relator, nobre Presidente, nós não estamos... nós não estamos... *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Garantida a palavra ao Deputado Pastor Eurico.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Gostaria que ouvissem a minha palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está garantida a palavra a V.Exa., Deputado.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Nós não estamos contra o PNE. Somos a favor dele e agradecemos e parabenizamos, como já disse, o trabalho do Relator. Mas aqui, Sr. Relator, há um posicionamento que fere aquilo que nós chamamos de educação.

O que é que tem a ver a identidade de gênero com a questão do PNE? Isso foi colocado na tentativa de fazer prevalecer ideologias ativistas no Brasil. E nós não somos a favor disso. *(Manifestação na plateia.)*

Respeitamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A palavra está garantida ao orador. *(Manifestação na plateia. Pausa.)*

Deputado Pastor Eurico, V.Exa. tem 1 minuto e meio para as suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Eu agradeço a V.Exa. Devo ter parado uns 3 minutos, mas agradeço. Um minuto e meio é importante.

Sr. Presidente, nobre Relator, parece que essas pessoas que estão defendendo isso não sabem ainda a originalidade do termo igualdade de gênero. Sabem isso alguns países que o adotaram. Procurem ver o que está acontecendo hoje, principalmente, na Suécia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Um minuto.



O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - A desvalorização do ser humano, como homem, como mulher, e até da família. *(Manifestação na plateia.)*

Isso desqualifica aquilo que é homem, aquilo que é mulher. Respeitamos cada pessoa. Cada um segue o caminho que quer, mas não aceitamos que dentro do Plano Nacional de Educação... *(Manifestação na plateia. Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu gostaria que os senhores se manifestassem após a fala do Deputado, porque cada tempo que vocês tirarem dele eu tenho que repor em igual tamanho.

Deputado, V.Exa. tem 1 minuto completo para fazer sua manifestação final.

O SR. DEPUTADO PASTOR EURICO - Sr. Presidente, é um direito nosso, como cidadãos, nós nos pronunciarmos e aceitarmos ou não o parecer. E esta é uma Casa democrática. Claro, vamos votar aqui. E espero que seja respeitada a defesa que tiver maior votação. Nós respeitaremos. Não somos daqueles que vão sair revoltados, esculhambando tudo com palavrões de baixo nível. Não! Eu acho que aqui devemos ter ética, Sr. Presidente.

Agradeço a V.Exa. a tolerância. *(Manifestação na plateia.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Obrigado.

Com a palavra o Deputado Newton Lima. *(Manifestação na plateia. Pausa.)*

Por favor, sem tirar a alegria e o brilho das manifestações, eu queria dizer às senhoras e aos senhores que, na hora em que a luz amarela acender aqui, eu tenho que interromper a sessão. Portanto, o que não for votado até então não será votado hoje. Por isso, eu gostaria de acelerar a votação do corpo do texto.

Nós vamos ouvir o Deputado Newton Lima fazer suas considerações, conforme previsto regimentalmente.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero inicialmente cumprimentá-lo pela condução magnífica dos trabalhos. Cumprimento também o Relator pela beleza do seu trabalho e todos os membros desta Comissão Especial do Plano Nacional de Educação.

Eu quero, Sr. Presidente, pedir a V.Exa. que procure observar o silêncio para que eu possa expressar o meu apoio irrestrito ao relatório do Deputado Vanhoni. Vou fazê-lo sob dois aspectos e sob duas óticas.



Primeiro, quanto ao método. Não é pouco reconhecermos neste plenário o quão a Câmara dos Deputados — esta Comissão, em especial — foi cuidadosa em dialogar com a sociedade, durante quase 3 anos, sobre todos os aspectos que derivaram do projeto do Executivo, encaminhado pelo Presidente Lula e pelo Ministro Haddad.

É importante dizer isso, porque muitas vezes fomos criticados pela demora na aprovação do PNE. É evidente que, se o PNE tivesse tido mais celeridade nas duas Casas, teríamos já um planejamento decenal organizado, quiçá aprovado nos Estados e Municípios, com vantagens importantes para a educação. Mas é preciso consignar que esse debate que foi feito na sociedade, em todos os Estados brasileiros, conduzido pelo nosso Relator e por muitos de nós, é uma marca indiscutível.

Eu peço silêncio, Presidente, e a restituição do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu peço silêncio a todos para ouvirmos a conclusão da manifestação do Deputado.

O SR. DEPUTADO NEWTON LIMA - O debate realizado é uma marca indiscutível da legitimidade do relatório que vamos aprovar hoje.

Parabéns, Relator, Deputado Angelo Vanhoni, por ter ouvido a sociedade e ter tido a sensibilidade de retratar neste documento aquilo que o Brasil quer, precisa e, eu diria mais, exige deste Congresso.

Do ponto de vista de conteúdo, o Deputado Vanhoni nos deu uma aula. Quero apenas recolocar as questões fundamentais de geração de mais oportunidades educacionais, melhoria da qualidade com a educação em tempo integral, valorização do magistério com carreira e salários adequados ao mercado, financiamento público com 10% do PIB e apoio dos *royalties*, introdução do Custo Aluno Qualidade e obrigatoriedade de que todos os Estados e todos os Municípios tenham que aprovar, dentro de 1 ano, os seus planos estaduais e municipais, para que, diferentemente do que aconteceu no primeiro Plano Nacional da Educação, nós tenhamos de fato as metas alcançadas e as estratégias cumpridas.

Eu quero me permitir fazer uma análise, se me permite, Sr. Relator, Deputado Angelo Vanhoni, da maior virtude que eu encontro, como educador, no texto de V.Exa. Refiro-me exatamente à consignação de valores que não podem jamais ser



esquecidos. V.Exa. se apoia em dois documentos históricos, a Constituição do Brasil e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, para consignar um relatório de um Plano Nacional de Educação que garanta aquilo que todos nós queremos: o fim da opressão e da intolerância e a instalação da cultura de paz.

Eu quero, ao me referir a isso, dar concretude ao que estou falando. Do texto final que vai a voto — eu espero e peço aos meus colegas que aproveemos o seu relatório na íntegra, ressalvados os destaques apartados —, eu quero me referir — e peço a atenção da sociedade — a dois dos aspectos fundamentais que estão consignados como ideário no documento que V.Exa. nos apresenta à consideração, ambos na direção de defender valores e de colocar pedagogicamente quais setores da sociedade foram, durante cinco séculos de Brasil, discriminados, oprimidos e rebaixados na sua condição social. (*Palmas.*)

Por isso, apoio-me, fundamentalmente, na releitura — que V.Exa. certamente considerou — da Constituição brasileira, no seu art. 2º, em que, a partir do preâmbulo, deixando claramente os valores cristãos sob a proteção de Deus, garante a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Mais do que isso, como a nossa Constituição Cidadã foi feita depois de anos de chumbo e de estado de opressão, ela se apoia na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, mais uma vez, não se contenta apenas em combater a discriminação, mas explicitar aquilo que é fundamental. E o texto de V.Exa. pedagogicamente resgata, em todos os seus aspectos, o que diz respeito ao art. 2º da Declaração Universal, que eu faço questão de ler novamente:

“Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição”.

V.Exa. fez um Plano Nacional de Educação cidadão. Parabéns, Deputado Angelo Vanhoni. (*Manifestação na plateia. Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Vamos encaminhar o processo de votação do texto do Relator. (*Manifestação na plateia.*)

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Pois não.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Sr. Presidente, eu ouvi, de maneira detida, as opiniões a favor e contra. Parece-me que há ainda uma opinião contra a ser realizada, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não obrigatoriamente, mas há espaço para uma.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Na primeira defesa contrária ao relatório do Deputado Angelo Vanhoni, ressalvados os destaques, eu não vi nada que contrariasse o conjunto do texto. Então, nós precisamos ter clareza de que as defesas contrárias ao texto são defesas apenas a favor do destaque do art. 2º ou de que irão votar integralmente contra o texto que prevê os 10% do PIB, a garantia da inclusão no nível fundamental, etc. É uma informação que nós precisamos ter para votação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Considero que, conforme o que já foi dito, o que está ressalvado está ressalvado e será votado conforme a ressalva. Nesse sentido...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, para responder a questão de ordem, cada coisa, a cada dia, tem a sua aflição.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Eu perguntei ao Presidente.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - A cada momento, o seu bem e o seu mal; não pode saber antes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - As manifestações feitas foram nitidamente para ocupar um espaço temático. Enquanto tal, foram acolhidas e referenciadas por todos. Nesse sentido, vamos dar cabo aos nossos passos seguintes, que é o encaminhamento de liderança, orientação de bancada e votação.

Mais uma vez, quero registrar o seguinte: na hora em que a luzinha amarela acender, eu interrompo a sessão, porque estou proibido de continuá-la.



Nós temos 19 partidos nesta sessão aqui representados. Cada um tem o direito de fazer a orientação de bancada por 1 minuto. Dois partidos se inscreveram.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Quero dizer que esse tempo vai fazer parte das nossas aflições aqui, conforme disse o Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Então, pela ordem dos inscritos... Aqueles que forem se inscrever, por 1 minuto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, pela ordem, por favor, eu vou seguir a ordem neste momento.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Uma sugestão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, por favor.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Uma sugestão; nós teremos os destaques, que terão orientação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, nós temos dois...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se todos aceitarem votar o texto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Não, por enquanto, não. Nós vamos votar o corpo, sem prejuízo para os destaque. Os destaques serão votados numa segunda movimentação.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Mas para cada destaque há uma orientação do partido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Claro, claro, claro.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Se todos os partidos concordarem, poderemos votar o texto, e as orientações ficariam para o destaque. É esse o encaminhamento que eu quero fazer a V.Exa.

(Manifestação na plateia. Palmas.)

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Sr. Presidente.



O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Porque eu acredito que, quanto ao texto, todos têm concordância.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - É só um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan.

Não, agora entrou...

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Porque, senão, a Ordem do Dia pode interromper a Comissão, e a gente ficar sem a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Agora entrou uma (*ininteligível*) que tem que ser apreciada.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Vamos votar logo, Sr. Presidente; é exatamente isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Só um minuto, um instantinho só.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - Como é apenas 1 minuto...

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Por favor.

A SRA. DEPUTADA FÁTIMA BEZERRA - ...eu concordo com o encaminhamento de que nós abramos mão da orientação de bancada e passemos imediatamente à votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Abrir mão é um ato monocrático e unilateral. Portanto, quem quiser fazê-lo, que o faça. Eu não posso obrigar de ofício que isso ocorra.

Deputado Ivan.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Um instantinho, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Deputado Ivan, pela ordem.



O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Presidente, há dois tipos de questões que estão ligadas à Liderança. Há o encaminhamento de Liderança e há o tempo de Líder na sessão, que pode ser requisitado. Então queria colocar para V.Exa. o seguinte: evidentemente nós queremos votar o texto, não é esse o problema, só que os Deputados do PSOL aqui representados não estão como titulares neste momento. Não estão porque eu precisaria consultar a Secretaria da Mesa se a lista de titulares é completa, porque, se não for, como nós temos uma posição diferenciada — não é só o art. 2º ou não o conjunto do texto, nós temos outro destaque importantíssimo, que é o 10% do PIB também —, eu vou usar o tempo de Líder. Não é um encaminhamento de Liderança. Eu quero usar o tempo de Líder para poder explicitar a posição nossa, global, em relação a essas questões.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Presidente, é uma questão factual. Faltam apenas dois titulares na lista de presença. Olha lá! Só faltam o José Linhares e o Renan Filho, respectivamente, do Partido Progressista... Por isso estou aqui. Padre por padre, estou eu. E o Renan Filho, que é do PMDB. Portanto, quem for suplente do Renan Filho e estiver lá do outro lado vai poder votar. Só isso. É uma questão aritmética.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Como era motivo de nossa preocupação, há um fato que transcende todos esses que estão sendo ditos. Acaba de se iniciar a Ordem do Dia. (*Manifestação no plenário.*) Isso significa... Tem que vaiar é lá dentro, no plenário grande. Por favor, aqui dá uma pausa. Isso significa que nós ou suspendemos para retorno após a sessão ou o faremos na semana seguinte. (*Manifestações simultâneas ininteligíveis.*)

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Sr. Presidente, questão de ordem pela bancada do PDT, Sr. Presidente!

(Não identificado) - Nós estamos num esforço concentrado. Amanhã de manhã...

(Não identificado) - Uma questão de ordem, Presidente!

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Quero sugerir aos colegas Deputados que nós respeitemos o início da Ordem do Dia e que retornemos ao final da Ordem do Dia para continuar a votação final do parecer do Relator, sem prejuízo



dos destaques. Não há razão para que prorrogemos para a próxima semana. Acho que o Relator concorda comigo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Eu gostaria de informar a todos que o motivo pelo qual a sessão está suspensa... Para aqueles que estão aqui, para aqueles que estão aqui e precisam dessa informação, qualquer coisa votada a partir deste momento é contestável regimentalmente. Portanto, o que for feito poderá ser desfeito por um ato de regimento, se invocado for por qualquer um dos Sras. e Srs. Deputados. Então, nós não podemos votar. Esse é um fato. Nós estamos... Hoje teremos um conjunto de sessões, ordinária e extraordinária. Há uma proposta de fazer amanhã. Tem que saber se, com segurança, nós fazemos na próxima semana ou fazemos ainda hoje ou amanhã.

(Não identificado) - Pode ser convocada para amanhã após a Ordem do Dia?

(Não identificado) - Presidente, começou a Ordem do Dia!

(Não identificado) - Amanhã, às 10h, Presidente!

(Não identificado) - Ainda pode convocar depois de começar a Ordem do Dia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Está encerrada a presente sessão. Nós comunicaremos a tempo e à hora, no decorrer das próximas 2 horas, se faremos já, se faremos amanhã ou se faremos na próxima semana.

Um abraço a todos. Obrigado pela presença.